

Fiesp e Ciesp promoverão seminário sobre segurança hídrica

No evento, programado para 24 de março, autoridades e especialistas analisarão soluções para a crise hídrica no Estado de São Paulo. Após o seminário, será entregue o Prêmio de Conservação e Reúso de Água

Em comemoração ao Dia Mundial da Água, será realizado na sede da Fiesp, no dia 24 de março, o seminário "Segurança Hídrica". O evento apresentará esclarecimentos e analisará soluções para o enfrentamento da crise hídrica no Estado de São Paulo. O seminário é mais uma oportunidade para o setor industrial debater o assunto com autoridades da área de meio ambiente, de recursos hídricos, ministério público e especialistas técnicos.

Ao longo do dia, palestras e painéis apresentarão novas tecnologias e técnicas de conservação e redução do consumo de água, com ganhos demonstrados por meio de casos práticos do Brasil e do exterior.

O seminário divulgará informações e fornecerá subsídios para orientação do setor industrial visando ao aumento da garantia de operação dos processos produtivos diante da escassez hídrica, contribuindo com as ações de uso eficiente da água, algo que a indústria já vem fazendo há anos, como poderá ser verificado na cerimônia de entrega do Prêmio de Conservação e Reúso de Água, que ocorrerá a partir das 18h15, após o seminário.



Soluções inovadoras

O Prêmio de Conservação e Reúso de Água chega à 10ª edição com um histórico de boas práticas e soluções inovadoras, demonstrando que a indústria faz a sua parte no uso racional desse recurso e vem vencendo desafios tecnológicos e econômicos.

Criado em 2005, o prêmio é uma iniciativa que homenageia as empresas que adotam medidas efetivas na redução do consumo e do desperdício de água, gerando benefícios ambientais, econômicos e sociais, além de aumentar a competitividade do setor.

Nesses dez anos, foram recebidos 162 projetos, apresentados por mais de uma centena de empresas, de variados segmentos e porte.

A avaliação das empresas inscritas na premiação mostra que 89% praticam o reúso de água por meio de recirculações e circuitos

fechados em processos industriais ou fazem o reúso de efluentes após tratamento.

Em dez anos de existência do prêmio, os projetos apresentados, somados, geraram uma economia superior a 95 milhões de m³ por ano de água, com investimentos superiores a R\$ 490 milhões. Apenas os 69 projetos finalistas das empresas que participaram do Prêmio de Conservação e Reúso de Água, até 2014, representaram uma economia média de 15 milhões de m³ de água por ano, um volume correspondente a 4.500 piscinas olímpicas.

As boas e importantes práticas apresentadas pelas empresas nos projetos inscritos desde a primeira edição do Prêmio são uma excelente fonte de *benchmarking*, possibilitando que as soluções inovadoras sejam multiplicadas no meio industrial. Conheça alguns dos projetos inscritos na premiação no site da Fiesp.

Fiesp e Ciesp lançam a campanha "Água na medida"

O estímulo à economia de água e a divulgação de soluções inovadoras são atividades permanentes da Fiesp. Além da promoção de debates com especialistas e de projetos como o Prêmio de Conservação e Reúso de Água, o DMA criou a campanha "Água na medida", uma iniciativa para ajudar a sensibilizar a sociedade sobre a importância da redução do consumo e estimular o uso de redutores de vazão que podem ser acoplados a torneiras.

Fique atento ao calendário de obrigações ambientais

A partir desta edição, o Informe Ambiental passa a divulgar informações sobre as obrigações ambientais que devem ser cumpridas periodicamente pelas empresas. Em março, por exemplo, deve ser paga a primeira parcela de 2015 da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental e apresentado o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (RAPP). O não atendimento às obrigações pode gerar multas e penalidades.

Prêmio de Mérito Ambiental está com inscrições abertas

As inscrições para o Prêmio de Mérito Ambiental, que chega à 21ª edição, poderão ser feitas até o dia 20 de março de 2015. Apenas nos últimos dez anos, os mais de 280 projetos inscritos na premiação, somados, possibilitaram, por exemplo, uma economia de 152 mil MWh de energia. Há duas categorias de premiação: indústria de micro e pequeno porte e indústria de médio e grande porte. Cada empresa pode concorrer com dois projetos. A solenidade de premiação ocorrerá em junho, durante a realização da Semana do Meio Ambiente.

Campanha “Água na medida” é lançada pela Fiesp e Ciesp

Com o lema “A indústria está fazendo a parte dela. E você já fez a sua?”, a Fiesp e o Ciesp lançaram uma campanha que busca incentivar a adoção de medidas para a redução do consumo de água pelos consumidores.

Na Fiesp, água sempre foi uma preocupação. Por isso, a entidade tem promovido ações e debates que possam contribuir com o tema, buscando soluções inovadoras e que realmente façam a diferença. Além de projetos como o Prêmio de Conservação e Reúso de Água, publicação de cartilhas, folders, livros referentes ao uso racional da água, o Departamento de Meio Ambiente (DMA), por meio da campanha “Água na medida” também incentiva o uso de redutores de vazão que podem ser acoplados em torneiras, tais como os desenvolvidos pelos alunos da escola Senai Mario Amato, de São Bernardo do Campo, que podem ser solicitados nas regionais do Ciesp.



Você sabia?

- Desde 1995, a Fiesp realiza o Prêmio Mérito Ambiental e, pela importância do tema água, também criou o Prêmio de Conservação e Reúso de Água que, em 2015, chega à 10ª edição.

- Nos últimos nove anos, levando em conta apenas os 69 projetos finalistas das empresas que participaram do Prêmio de Conservação e Reúso de Água, foram economizados em média 15 milhões de m³ de água por ano, um volume correspondente 4.500 piscinas olímpicas.

- No Estado de São Paulo, do total de água captado diretamente de rios e outros mananciais para o abastecimento público, uso agrícola e outros usos, o setor industrial responde por cerca de 28%, conforme dados do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, PERH 2012-2015.

- Na região metropolitana de São Paulo, 88% da água captada é destinada ao abastecimento público, enquanto a indústria responde por 10,6%, segundo dados do Relatório de Situação de Recursos Hídricos 2012.

- Do volume total de água potável fornecida pela rede pública, apenas 2,1 % para o atendimento industrial (Fonte: Sabesp).

- Nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, uma das regiões mais afetadas pela atual crise, houve uma redução de 47% da demanda industrial por água entre 2002 e 2012, de acordo com o Relatórios de Situação PCJ 2004-2006 e de 2013.

- Cerca de 70% das indústrias de grande e médio porte do Estado de São Paulo já adotam boas práticas de reúso de água e de efluentes tratados.

- A indústria paulista promove a redução do consumo de água em residências e nos setores de comércio e serviços, por meio do desenvolvimento tecnológico de produtos e equipamentos economizadores, como bacias, louças sanitárias e torneiras de acionamento automático, dentre outros.

- Alunos da escola Senai Mario Amato criaram redutores de vazão de água para torneiras que reduzem em média em 50% o consumo no ponto instalado.

Exemplos:

- **Lavando louça durante cinco minutos**

Sem redutor = 40 litros de água

Com redutor = 20 litros de água

- **Escovando o dente**

Sem redutor = 3 litros de água por minuto

Com redutor = 1,5 litro de água por minuto

A Fiesp trabalha fortemente em ações e projetos que colaboram para o bem da sociedade e da indústria. Quer saber mais? Acesse www.fiesp.com.br/agua e conheça os projetos da entidade.

Empresas vencedoras do Prêmio de Conservação e Reúso de Água

Desde o início da premiação, 16 empresas, divididas entre as categorias micro/pequena e média/grande, conquistaram o Prêmio de Conservação e Reúso de Água

Categoria micro e pequena empresa

- 2007 – Termogal Tratamento de Superfícies
- 2008 – Operan Resíduos Industriais
- 2009 – Geni Porcelana
- 2011 – Metalúrgica Inca
- 2012 – Ambiental MS Projetos Equipamentos e Sistemas
- 2013 – Pirâmide Extração e Comércio de Areia
- 2014 – Antares Reciclagem

Categoria média e grande empresa

- 2006 – Covolan Indústria Têxtil
- 2007 – Santista Têxtil Brasil S.A.
- 2008 – Lwarcel Celulose e Papel
- 2009 – Valeo Sistemas Automotivos
- 2010 – Elekeiroz
- 2011 – Electrolux do Brasil
- 2012 – Pirelli Pneus
- 2013 – Aquapolo Ambiental e Braskem
- 2014 – Toyota do Brasil

Fiesp e Ciesp distribuem 50 mil redutores de vazão de água na Feira do Empreendedor

A Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp) promoveram uma campanha de conscientização sobre o consumo de água durante a Feira do Empreendedor, realizada pelo Sebrae no Parque Anhembi, na capital paulista, de 7 a 10 de fevereiro. O tema da campanha é “Água na medida”. As entidades, apoiadas pelo Serviço Social da Indústria de São Paulo (Sesi-SP) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem (Senai-SP), distribuíram 50 mil redutores de vazão de água para torneiras.

O redutor de vazão de água de torneira foi desenvolvido pelos alunos do curso de Aprendizagem Industrial – Ferramenteiro de Moldes Plásticos da escola Senai Mário Amato, de São Bernardo do Campo. Especialistas do Departamento de Meio Ambiente (DMA) e do Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria (Dempi) da Fiesp divulgaram durante a feira os serviços realizados pela entidade. O Sesi-SP e o Senai-SP apresentaram no evento produtos e ações de empreendedorismo.

A Feira do Empreendedor acontece em todos os estados do País. Essa foi a quarta edição do evento em São Paulo. A feira contou com mais de 400 expositores e atraiu cerca de 85 mil visitantes. O evento abrange temas como franquias, negócios on-line, máquinas e equipamentos, representação comercial e serviços.



Paulo Skaf conversa com visitantes e expositores na Feira do Empreendedor em São Paulo

Foto: Ayrton Vignola/Fiesp

Agência Indusnet Fiesp

Nova cartilha reúne informações sobre sistemas de controle de áreas contaminadas

FIESP DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

ÁREAS CONTAMINADAS INFORMAÇÕES BÁSICAS

FIESP **CIESP**

A nova cartilha elaborada pelos especialistas da Fiesp/Ciesp reúne informações básicas sobre os principais processos para a prevenção, controle, identificação e reabilitação de áreas contaminadas, incluindo um resumo da legislação e das normas técnicas. A cartilha alerta que não há uma regra geral para evitar a ocorrência de uma área contaminada e que a melhor estratégia é a adoção de técnicas ou ações preventivas integradas aos processos, produtos e serviços para aumentar a eficiência no desempenho ambiental e reduzir riscos. Em São Paulo, a Lei 13.577/09, regulamentada pelo Decreto 59.263/13, estabeleceu normas para a proteção da qualidade do solo, definição de responsabilidades, identificação e respectivo cadastramento de áreas contaminadas, cujo cadastro é realizado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb). Para a identificação das áreas contaminadas no Estado de São Paulo, a Cetesb estabeleceu o procedimento técnico a ser empregado, por meio de suas decisões de diretoria e do "Manual de gerenciamento de Áreas Contaminadas", disponível no site da Cetesb.

A cartilha aponta os principais fatores que devem ser considerados no desenvolvimento de uma estratégia de prevenção, entre eles o aumento da competição global, o que impõe às indústrias a adoção de técnicas de produção mais limpas e efetivas, evitando passivos ambientais; restrições de crédito financeiro, previstas na legislação e que podem ser impostas a qualquer atividade ou projeto que não comprove o devido controle para evitar a contaminação; possibilidade de infrações e multas que podem resultar em gastos significativos e até interferir nas operações da empresa; a desvalorização do empreendimento e o alto custo para a reabilitação da área. A publicação pode ser consultada no site da Fiesp/Ciesp.

<http://www.ciesp.com.br/wp-content/uploads/2014/12/areas-contaminadas-informacoes-basicas.pdf>

<http://az545403.vo.msecnd.net/uploads/2014/12/areas-contaminadas-informacoes-basicas.pdf>

MMA cria portal com informações sobre licenciamento ambiental de empreendimentos



Para dar transparência e democratizar a informação sobre o licenciamento ambiental no País, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) criou o Portal Nacional do Licenciamento Ambiental (PNLA). A fonte de pesquisa disponibiliza, em tempo real e em plataforma única, dados e informações sobre os licenciamentos dos empreendimentos disponíveis nos sistemas de informações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Distrito Federal e dos estados. O PNLA é aberto a consultas por todos os interessados, como órgãos ambientais, empreendedores e agentes financeiros.

O portal, resultado de parceria do MMA com o Ibama e os órgãos estaduais de meio ambiente, conta com uma ferramenta de geoprocessamento que permite aos interessados, a partir das coordenadas geográficas do empreendimento, visualizar a localização em relação ao município, bacia hidrográfica, bioma, unidades de conservação federais, terras indígenas, áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, hidrelétricas e vegetação, entre outros tópicos.

O MMA é responsável pela manutenção do portal e as informações divulgadas são de responsabilidade do Ibama, de cada um dos órgãos estaduais licenciadores e do Distrito Federal. “A integração dos bancos de dados do Ibama e dos estados foi feita com a participação das áreas responsáveis pelo licenciamento ambiental e pela tecnologia de informação”, explica a secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do MMA, Regina Gualda.

A secretária afirma que o PNLA também foi disponibilizado no site da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), que congrega todos os secretários e dirigentes de órgãos ambientais do país (www.abema.org.br). O portal pode ser visualizado no endereço pnla.mma.gov.br.

Fonte: MMA

Painel brasileiro de mudanças climáticas divulga relatório de avaliação nacional

O primeiro Relatório de Avaliação Nacional (RAN1) do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, composto por três volumes, foi divulgado no dia 15 de janeiro, após quatro anos de trabalho. Segundo a secretária-executiva do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, Andrea Santos, o trabalho contou com a participação de mais de 360 especialistas de diversas universidades e instituições brasileiras, o que já consolida uma experiência inédita no País. As principais contribuições do RAN1 envolvem a avaliação dos aspectos científicos do sistema climático e de suas mudanças; impactos, vulnerabilidades e adaptação às mudanças climáticas no Brasil, bem como os possíveis caminhos para a mitigação.

As avaliações resultaram de uma extensa pesquisa bibliográfica que buscou registrar e discutir os principais trabalhos científicos publicados, preferencialmente, entre os anos de 2008 e 2012, com destaque aos relacionados mais diretamente às mudanças climáticas na América do Sul e no Brasil. Procurou-se também evidenciar as implicações das mudanças climáticas e as alternativas de mitigação para o Brasil, além da consideração dos principais pontos apresentados no Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC-AR4).

Andrea Santos explicou que, devido ao atraso no processo de publicação dos volumes completos, não constam nos documentos as referências mais recentes, como o Quinto Relatório de Avaliação do IPCC (IPCC-AR5). “Era preciso finalizar o trabalho e, por isso, não foi possível incluir a literatura mais recente, senão o processo de elaboração do relatório não teria fim. As referências após 2012 deverão ser consideradas num trabalho futuro”, explicou.



O trabalho possibilitou a identificação de lacunas nas áreas do conhecimento e sinaliza as áreas prioritárias para o investimento em pesquisa e desenvolvimento no País. Os relatórios podem ser acessados no site pbmc.coppe.ufrj.br/pt/publicacoes/documentos-publicos.

Fonte:

<http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/pt/noticias/82-destaque/440-painel-brasileiro-de-mudancas-climaticas-divulga-o-primeiro-relatorio-de-avaliacao-nacional-completo>



Calendário de obrigações ambientais

As empresas devem estar atentas em relação às informações que devem ser encaminhadas periodicamente aos órgãos ambientais e aos prazos para o envio dessas informações, evitando multas e penalidades. Veja as principais obrigações que devem ser cumpridas até março de 2015. Para acessar o calendário de obrigações ambientais completo acesse www.fiesp.com.br/?temas=meio-ambiente

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) e Cadastro Ambiental Estadual

A quem se aplica: A inscrição no Cadastro Técnico Federal é obrigatória para pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, conforme tabela disposta no Anexo I da Instrução Normativa nº 06/ 2013.

Como fazer: O CTF/APP é realizado uma única vez no site do Ibama e as informações fornecidas devem permanecer atualizadas. O comprovante de registro no Cadastro Técnico Federal, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), servirá como documento comprobatório da efetivação do registro no Cadastro Ambiental Estadual.

Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (RAPP)

A quem se aplica: O Relatório Anual de Atividades, regulamentado pela Instrução Normativa Ibama nº 6/14, é obrigatório para todos os que exercem atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais descritas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/81.

Como fazer: O preenchimento e a entrega do RAPP é realizada em plataforma eletrônica no site do Ibama. Para acessar, preencher e entregar o RAPP a pessoa física ou jurídica deverá estar devidamente inscrita no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP. O relatório anual de atividades no âmbito do Estado de São Paulo, previsto na Lei nº 14.626/2011, será feito de forma unificada com o relatório exigido em âmbito federal pelo Ibama, conforme disposto na Resolução SMA 94/12.

Cadastro Nacional de Operação de Resíduos Perigosos (CNORP)

A quem se aplica: A inscrição no CNORP é obrigatória para pessoas jurídicas que exerçam atividades de geração e operação de resíduos

perigosos, conforme Instrução Normativa do Ibama nº 01/2013, no âmbito das atividades potencialmente poluidoras e das normas vigentes que regulamentam o CTF/APP.

Como fazer: Para realização da inscrição no CNORP, a pessoa jurídica deverá providenciar também a inscrição prévia do gerador ou operador de resíduos perigosos no CTF/APP; a indicação do responsável técnico pelo gerenciamento dos resíduos perigosos, de seu próprio quadro de funcionários ou contratado, devidamente habilitado; a prestação anual de informações sobre a geração, a coleta, o transporte, o transbordo, armazenamento, tratamento, destinação e disposição final de resíduos ou rejeitos perigosos. Para as pessoas jurídicas passíveis de inscrição no CNORP, haverá apenas um único número de inscrição, que será o mesmo da inscrição no CTF-APP, e que deverá ser realizada exclusivamente no endereço eletrônico do Ibama.

Relatório do Protocolo de Montreal

A quem se aplica: É obrigatório para toda pessoa física ou jurídica que produza, importe, exporte, comercialize ou utilize qualquer substância controlada pelo Protocolo de Montreal, conforme disposto na Instrução Normativa Ibama nº 37/04.

Como fazer: Esse relatório deverá ser preenchido através do Cadastro de Atividades com Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDO), o qual pode ser realizado no Cadastro Técnico Federal, no site do Ibama.

Pagamento da 1ª parcela de 2015 da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) e Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFASP)

A quem se aplica: O pagamento da TCFA deve ser realizado trimestralmente por empresas que exerçam as atividades listadas no Anexo VIII da Lei nº 10.165/2000.

Como fazer: O pagamento da TCFASP, prevista na Lei nº 14.626/11, será realizado de forma conjunta com o da TCFA, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU única. O boleto deverá ser emitido por meio do site do Ibama.

Fóruns ambientais

Grupos de Meio Ambiente Ciesp

Alta Paulista

A formação do Grupo de Meio Ambiente voltou a ser discutida pela Diretoria Regional em nova reunião realizada no dia 19 de fevereiro. No encontro, que contou com a participação do DMA, foi definida a data da primeira reunião do grupo.

Bauru

A situação crítica da falta de água nas barragens para geração de energia elétrica foi analisada pelo coordenador da Diretoria Regional em reunião realizada no dia 10 de fevereiro pelo Grupo de Meio Ambiente do Ciesp de Bauru (SP). Na reunião, o DMA reforçou a importância do grupo em relação ao acompanhamento das questões ambientais que possam interferir na gestão das empresas.

Botucatu

O Grupo de Meio Ambiente do Ciesp de Botucatu (SP) realizou sua primeira reunião em 10 de fevereiro. Além da definição de um calendário anual das reuniões mensais, foi destacada no encontro a importância da constituição do grupo e dos temas a serem discutidos.

Noroeste Paulista

A formação do Grupo de Meio Ambiente foi discutida em reunião da Diretoria Regional do Ciesp Noroeste Paulista realizada em São José do Rio Preto (SP), no dia 19 de fevereiro. Na reunião, que contou com a participação do DMA, foi definida a data da primeira reunião do grupo.

Presidente Prudente

O DMA participou, no dia 25 de fevereiro, da reunião do Grupo de Meio Ambiente, da diretoria e do conselho consultivo do Ciesp de Presidente Prudente (SP).

Ribeirão Preto

Temas relacionados à escassez de água foram discutidos em reunião realizada pelo Grupo de Meio Ambiente, no dia 12 de fevereiro, na Diretoria Regional do Ciesp de Ribeirão Preto. O DMA participou da reunião.

Ciesp

Macro G4

No dia 2 de fevereiro, o DMA participou da reunião do G4, grupo formado pelas diretorias regionais dos Ciesp de Alta Paulista, Bauru, Botucatu e Jaú, para realizar uma apresentação das atividades do departamento, discutir a formação e participação dos Grupos de Meio Ambiente e o apoio ao atendimento na área ambiental aos diretores e associados, bem como a participação nos comitês de bacias hidrográficas.

Alta Paulista

O DMA participou, no dia 9 de fevereiro, da reunião da Diretoria Regional e Conselho Consultivo do Sesi e Senai do Ciesp Alta Paulista, em Marília (SP), para discutir a composição do Grupo de Meio Ambiente e a gestão de resíduos sólidos, uma necessidade iminente das empresas.

Araraquara

No evento realizado no Ciesp de Araraquara no dia 26 de fevereiro para discutir a crise hídrica (veja o box "Palestra sobre crise hídrica"), a secretaria-executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê/Jacaré (CBH-TJ) apresentou o cenário de outorgas e o processo de implantação da cobrança pelo uso da água na região. O processo está aprovado, mas depende, ainda, da análise de alguns aspectos jurídicos e de assinaturas dos contratos.

Jundiaí

As medidas de restrição de captação de água em vigor nas bacias PCJ e os impactos nas indústrias foram os temas da palestra apresentada pelo DMA, no dia 10 de fevereiro, aos membros do Conselho Deliberativo do Ciesp de Jundiaí.

Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

Plano de manejo

O relatório sobre o Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilha Bela (PEIB), de responsabilidade da Fundação Florestal (FF), foi aprovado em reunião realizada pela Comissão Temática de Biodiversidade, Florestas e Áreas Protegidas em 11 de fevereiro.

Recurso contra AIIPM

O Consema aprovou, em reunião ordinária plenária, realizada no dia 25 de fevereiro, o relatório da Comissão Temática Processante e de Normatização sobre recurso especial contra Auto de Infração e Imposição de Penalidade de Multa (AIIPM).

Conselho de Recursos Hídricos (CRH)

Análise de estudo

A revisão do estudo de fundamentação do Comitê de Bacia Hidrográfica do Litoral Norte foi analisada em reunião realizada pelo GT Cobrança (GT-Cob) em 9 de fevereiro. Na reunião, também foi discutida a revisão da Deliberação CRH 90.

Cobrança pelo uso da água

As respostas referentes aos fundamentos da cobrança pelo uso da água do Comitê da Bacia do Médio Paranapanema foram analisadas em reunião realizada em São Paulo (SP), no dia 9 de fevereiro, pela Câmara Técnica de Cobrança (CT-Cob). No encontro, foi discutida a lista de títulos e assuntos a serem considerados na elaboração da minuta de proposta para a revisão da cobrança pelo uso da água.

Conselho do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Marília

Código zoonitário

O DMA participou, como representante do Ciesp de Marília, de reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da cidade. Na reunião, realizada em 11 de fevereiro, foi apresentada a proposta de criação de uma comissão para a elaboração de um projeto de lei criando o código zoonitário municipal.

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Mudança do clima

O capítulo sobre a indústria no Plano Nacional de Adaptação foi debatido na primeira reunião de 2015 da Câmara Técnica de Adaptação à Mudança do Clima da CNI. Na reunião, que contou com a participação do DMA, foram apresentados por representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) o escopo e o cronograma de trabalho do governo, que agora prevê a inclusão de um capítulo sobre a indústria no Plano. O capítulo será elaborado com base em dados secundários e entrevistas com representantes da indústria. O prazo para apresentação do texto final termina em março deste ano.

Resíduos Sólidos

Em 13 de fevereiro, os especialistas e técnicos do DMA, Fiesp e Ciesp realizaram uma visita técnica à central mecanizada da Prefeitura Municipal de São Paulo situada no bairro da Ponte Pequena, na capital.

Seminário Next

O estudo da consultoria Ideia Sustentável que aponta os cinco grandes desafios relacionados às ferramentas de gestão para a sustentabilidade foi lançado durante o seminário Next, realizado pela Fiesp no dia 25 de fevereiro.

Aspectos jurídicos da crise hídrica

O DMA participou, nos dias 25 e 26 de fevereiro, do seminário "Crise hídrica: alternativas e soluções", promovido pela Procuradoria Regional da República da 3ª Região (São Paulo e Mato Grosso do Sul). No evento, foram discutidos e aprofundados os aspectos jurídicos da crise hídrica e, principalmente, a ampliação da transparência e controle social sobre as ações de contingência promovidas pelos atores nos processos de tomadas de decisões.

Economia dos ecossistemas

Workshop promovido pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e pela ONG Conservação Internacional discutiu os objetivos específicos do projeto Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade de São Paulo (TEEB). Os objetivos servirão como subsídio para a elaboração do Termo de Referência. O evento, que contou com a participação do DMA, foi realizado nos dias 10 e 11 de fevereiro.

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Passivo ambiental

Em 27 de fevereiro, o DMA esteve presente à reunião do Grupo de Trabalho 03 - Intervenção e Reabilitação de Áreas Contaminadas, da Comissão de Estudo Especial de Avaliação da Qualidade do Solo e da Água para Levantamento de Passivo Ambiental e Avaliação de Risco à Saúde Humana (CEE-68). Na reunião, foi discutida a elaboração de norma com diretrizes para construção do plano de intervenção para áreas contaminadas, contemplando a seleção de medidas, modelo conceitual e outros aspectos inerentes à concepção do plano. O grupo está nivelando as informações frente ao tema, por meio de apresentações de estudos de caso, levantamento de metodologias e benchmarkings nacionais e internacionais.

Comunicação de riscos

As definições de diretrizes básicas para comunicação às partes interessadas de riscos à saúde decorrentes de uma área contaminada foram discutidas em reunião do Grupo de Trabalho 06 - Comunicação de Risco de Áreas Contaminadas. A reunião foi realizada no dia 27 de fevereiro.

APA Ituparanga

Plano de metas

O Plano de Metas de 2015 para a APA Ituparanga foi discutido em reunião realizada pelo Conselho Gestor, no dia 26 de fevereiro, em Votorantim (SP). Na reunião, foi organizado o plano de atividades do Conselho Gestor e elaborado o plano de trabalho voltado às ações estratégicas para conservação dos recursos hídricos na APA.

Palestras sobre crise hídrica

A segurança hídrica, as perspectivas para 2015 frente à estiagem histórica que o Sudeste enfrenta e, principalmente, as alternativas de contingência para o setor produtivo foram apresentadas, em fevereiro, na palestra "Gerenciando a escassez de água" proferida pelo DMA nas diretorias regionais dos Ciesp de Limeira, Rio Claro e Araraquara. Nos encontros, foram abordados o histórico do abastecimento, realidades e desafios da gestão nas regiões e os impactos para o setor industrial devido às restrições de uso dos recursos hídricos.

Cadastro de prestadores de serviços ambientais da Fiesp



uma descrição das principais atividades desenvolvidas pelo prestador ou dos produtos oferecidos. O sistema de consulta, baseado em palavras-chave, é aberto a todas as empresas.

A Fiesp mantém um cadastro eletrônico que reúne centenas de empresas e consultores que prestam serviços na área ambiental. Criado com o objetivo de facilitar a gestão ambiental em indústrias, o cadastro fornece os dados para contato, localização e

As consultas podem ser feitas no endereço http://apps.fiesp.com.br/cadastro_dma/inicioconsulta.asp

As informações divulgadas no cadastro são de responsabilidade do prestador de serviço ou do fabricante. Os dados ficam disponíveis no cadastro por seis meses, sendo eliminadas automaticamente ao término do período. Após o cancelamento, o fornecedor poderá fazer um novo cadastro. Todos os dados são fornecidos por meio de formulário eletrônico. O cadastramento pode ser feito no endereço http://apps.fiesp.com.br/cadastro_dma/iniciocadastro.asp

A Central de Relacionamento da Fiesp pode ser consultada em caso de dúvidas pelo telefone (11) 3549-4499 ou pelo e-mail relacionamento@fiesp.org.br

Comitês de Bacias Hidrográficas

Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ)

Grupo Técnico de Enquadramento

Em reunião realizada pelo Grupo Técnico de Enquadramento, em 6 de fevereiro, em Piracicaba (SP), foi discutida a metodologia para transferência de dados trabalhados nos postos de monitoramento situados em pontos de rios das bacias PCJ para a atualização do diagnóstico do Plano de Bacias, em revisão, visando à atualização do enquadramento dos corpos d'água das bacias.

Palestra sobre estiagem

O DMA proferiu palestra para os membros da Câmara Técnica de Educação Ambiental sobre a estiagem extrema e influência dos ciclos solares. Após a palestra, foram apresentados os trabalhos dos planos de contingência visando à redução de consumo no SENAI e Sesi de Americana, para que a Câmara elaborasse um projeto de educação ambiental a ser aplicado nas escolas para usuários, funcionários e alunos. A palestra foi proferida no dia 10 de fevereiro, em Americana (SP).

Restrição na captação de água

As medidas de restrição de captação de água em vigor nas bacias PCJ e nas outorgas, bem como os impactos no dia a dia das indústrias que sofrerão com a redução de água, foram os temas da palestra proferida pelo DMA aos membros do Conselho Deliberativo do Ciesp em Jundiá, no dia 10 de fevereiro.

Processo eleitoral

As chapas que irão concorrer às eleições no Comitê PCJ foram apresentadas em reunião do GT Eleições no dia 12 de fevereiro, em Campinas (SP). A chapa da indústria, com 20 membros entre titulares e suplentes, foi aprovada sem restrições.

Suporte à decisão

Em 23 de fevereiro, em reunião da Câmara Técnica do Plano de Bacias, foi apresentado o Sistema de Suporte à Decisão (SSD-PCJ). O sistema é utilizado para simulações nos diversos nós dos corpos d'água superficiais das bacias PCJ. Na ocasião, também foi feito o encaminhamento para contratação do Termo de Referência, por meio da Agência das Bacias PCJ, da revisão do Plano das Bacias. A reunião foi realizada em Piracicaba (SP).

Monitoramento hidrológico

As vazões para a Grande São Paulo e PCJ no âmbito do Sistema Cantareira e o monitoramento hidrológico em todas as bacias PCJ foram analisadas em reunião realizada pela Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico, em 27 de fevereiro. Na reunião, foi avaliada a rede de monitoramento de vazões e discutido o posicionamento para os organismos gestores em torno das opções e estratégias para as bacias PCJ durante o período de estiagem, em virtude da baixa reservação de água no Sistema Cantareira.

Eleições

Em 27 de fevereiro, o DMA participou da reunião plenária para eleição dos habilitados da chapa que representarão no próximo biênio o setor produtivo. A Fiesp e nove diretorias regionais do Ciesp foram habilitados.

Alto Tietê (CBH-AT)

Demanda induzida

A eleição dos representantes da sociedade civil para o mandato 2015-2017; a pauta para a reunião plenária do CBH-AT; o Termo de Referência (TR) sobre a contratação de empresa de consultoria para definir os critérios para os cargos de diretores da FABHAT e os critérios para definir os projetos de demanda induzida com os recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2015 foram os temas discutidos em reunião realizada em 25 de fevereiro no Ciesp em São Paulo (SP) pela diretoria do Comitê.

Estudos de impacto ambiental

Os pareceres técnicos sobre os estudos e relatórios de impacto ambiental (EIA/RIMA) do Plano Diretor Mineração, unidade Itapeperica da Serra, da Votorantin Cimentos, e do Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia foram discutidos em reunião da Câmara Técnica de Planejamento e Articulação (CT-PA) realizada em 26 de fevereiro, na Agência de Bacia (FABHAT), em São Paulo (SP). Na reunião, também foi discutido o Termo de Referência referente à contratação de consultoria para definir os critérios de seleção dos cargos de diretoria da FABHAT.

Crise hídrica

Em 11 de fevereiro, o DMA, os filiados ao Ciesp e o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) se reuniram em Mogi das Cruzes (SP) para discussão sobre o aumento da fiscalização para a contenção das captações superficiais de água que não possuem outorga, de uso industrial e de irrigação, na bacia do Alto Tietê.

Tietê Batalha (CBH-TB)

Eleições

O processo eleitoral para composição do plenário e das câmaras técnicas do Comitê para o biênio 2015/2017 ocorreu em 2 de fevereiro, em reunião realizada em Novo Horizonte (SP). O Ciesp de Matão ficou com vaga titular e suplente no plenário, além de vaga titular na Câmara Técnica de Planejamento e no GT Cobrança.

Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT)

Seminário Estresse Hídrico

O DMA participou, no dia 27 de fevereiro, em Sorocaba (SP), do seminário "Estresse hídrico da bacia – situação e soluções". No evento, foi feita a apresentação do levantamento elaborado pelo Observatório do CBH-SMT sobre a situação hídrica nos municípios da bacia.

Médio Paranapanema (CBH-MP)/Aguapeí e Peixe (CBH-AP)

Os critérios para a tomada de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) para 2015 foram o tema da reunião conjunta dos Comitês. O objetivo da reunião, realizada em 12 de fevereiro, em Marília (SP), foi prestar mais esclarecimentos e tirar dúvidas aos tomadores desse recurso.

Pontal do Paranapanema (CBH-PP)

Eleição da sociedade civil

Em 4 de fevereiro, o DMA esteve no Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) em Presidente Prudente (SP) para participar da coordenação da eleição da sociedade civil.

Grupo Técnico da Cobrança

Em 23 de fevereiro, o DMA participou da reunião do GT, em Presidente Prudente (SP), para discutir e deliberar sobre as alterações pedidas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH). No dia 24, o GT realizou reunião em São José do Rio Preto (SP), que também contou com a presença do DMA, para discussão sobre o fórum de revisão da Deliberação CRH 90.

Recursos do Fehidro

Os critérios para liberação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2015 foram revisados em reunião realizada pela Câmara Técnica de Planejamento, Avaliação e Saneamento (CT-PAS) no dia 24 de fevereiro. No encontro, foi decidido que autarquias municipais de captação e distribuição de água só poderão captar recursos se estiverem devidamente outorgadas.

Pagamento por serviços ambientais

Seminário promovido pelo Comitê, com o apoio do Ciesp e outras entidades, discutiu o pagamento por serviços ambientais (PSA), programa água limpa e programa produtor de água do governo federal. O evento, realizado no dia 27 de fevereiro, foi direcionado aos proprietários rurais da área de Proteção e Recuperação de Manancial do alto curso do Rio Santo Anastácio.

Turvo/Grande (CBH-TG)

Revisão da CRH 90

O DMA esteve presente à reunião do grupo técnico da cobrança para discussão sobre o fórum de revisão da Deliberação CRH 90. A reunião foi realizada no dia 24 de fevereiro, em São José do Rio Preto (SP).

Fehidro 2015

O planejamento do evento para divulgação do processo do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2015 foi o tema da reunião realizada no dia 26 de fevereiro, em São José do Rio Preto (SP), pela Câmara Técnica de Planejamento e Assuntos Institucionais.

Sapucaí Mirim/Grande (CBH-SMG)

Capacitação técnica

No dia 12 de fevereiro, o DMA esteve no Espaço Cultural Walter Anawate, na Uni-Facef – Centro Universitário de Franca, para participar de evento que abre oportunidades para a capacitação de técnicos de órgãos municipais e estaduais, bem como da sociedade civil, para tomadores de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), no âmbito do Comitê Sapucaí Mirim/Grande.

Eleição

Em 25 de fevereiro, o DMA esteve na Secretaria-Executiva do CBH-SMG, em Franca (SP), para eleição dos representantes dos setores produtivos para o próximo biênio.

São José dos Dourados (CBH-SJD)

Plano de Bacia

A análise do prognóstico do Plano de Bacia foi realizada em reunião conjunta das Câmaras Técnicas e do grupo de trabalho do Comitê. A reunião ocorreu no dia 2 de fevereiro, em Santa Fé do Sul (SP).

Grupo de acompanhamento

O representante do DMA, na função de coordenador do Grupo de Acompanhamento do Plano de Bacia, participou, no dia 4 de fevereiro, de reunião com a Secretaria-Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do São José dos Dourados para definição da agenda e atividades do grupo.

Paraíba do Sul (CEIVAP)

Grupo de acompanhamento

O DMA esteve presente na reunião realizada no dia 3 de fevereiro, no Rio de Janeiro, para a discussão prévia do atendimento das metas do contrato de gestão entre a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) e a Agência Nacional de Águas (ANA), relativas ao ano de 2014.

Em 23 de fevereiro, foi realizada reunião em Brasília do Comitê Gestor da Agência Nacional de Águas (ANA) com a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP) sobre o relatório de atividades de 2014.

Plano Nacional de Recursos Hídricos

O parecer relativo à implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e a minuta de resolução das prioridades do plano, que servirá como orientação na elaboração dos planos plurianuais nos âmbitos federal, estadual e do Distrito Federal para o período 2016-2019, foram consolidados em reuniões da Câmara Técnica do Plano Nacional do Conselho de Nacional de Recursos Hídricos (CTPNRH -CNRH) realizadas em Brasília, nos dias 4 e 5 de fevereiro.

Eleição

As regionais dos Ciesp de São José dos Campos, Taubaté e Jacaré e a Fiesp foram escolhidas como representantes do setor industrial para o biênio 2015/2017 em reunião realizada pelo Comitê no dia 7 de fevereiro, em Taubaté (SP).

Redução da vazão

Em reunião do GT Uso da Água, realizada no dia 12 de fevereiro, em Taubaté (SP), foi consolidada a manifestação de apoio do Comitê Paulista à proposta da Agência Nacional de Águas (ANA) de redução da vazão em Santa Cecília para possibilitar a recuperação dos níveis dos reservatórios do sistema integrado.

Novas vazões de descarga

A operação do sistema integrado e as novas vazões de descarga em Paraibuna, Santa Branca e Santa Cecília foram os temas da reunião realizada pelo Grupo de Operações Hidráulicas do Rio Paraíba do Sul (GTOH) no dia 26 de fevereiro. Os órgãos gestores estaduais ficaram incumbidos de avaliar se a redução pode impactar as captações existentes.

Reunião conjunta das Câmaras Técnicas de Cobrança

As contribuições apresentadas durante a realização do Fórum Virtual para o tópico "assuntos a serem abordados na minuta de deliberação" foram analisadas em reunião conjunta das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho de Cobrança dos Comitês de Bacias Hidrográficas. A reunião, realizada no dia 10 de fevereiro, na Fundação do Centro Tecnológico de Hidráulica, em São Paulo, contou com a participação do DMA.

Legislação Ambiental

Legislação Ambiental -Diplomas Legais Recentes

Federal

Resolução ANA nº 86, de 30 de janeiro de 2015

Dispõe sobre a redução temporária do limite mínimo à barragem de Santa Cecília, no rio Paraíba do Sul, e da redução temporária da descarga mínima a jusante dos reservatórios de Santa Branca, no rio Paraíba do Sul, e de Jaguari, no rio Jaguari.

Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 50, de 21 de janeiro de 2015

Estabelece regras e condições de restrição de uso para captações superficiais de água nas bacias dos rios Jaguari, Camanducaia e Atibaia pelos usuários do setor industrial, agricultura, operadoras de abastecimento de água e outros.

Portaria ICMBIO nº 6, de 19 de janeiro de 2015

Aprova o Regimento da Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais (CEPTA).

Portaria ICMBIO nº 9, de 29 de janeiro de 2015

Aprova o Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal (PAN Manguezal), estabelecendo seu objetivo geral, objetivos específicos, ações, prazo de execução, abrangência, formas de implementação e supervisão.

Portaria ICMBIO nº 63, de 30 de janeiro de 2015

Institui o Grupo de Assessoramento Técnico para acompanhar a implementação e realizar monitoria e avaliação do Plano de Ação Nacional para Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal (PAN Manguezal).

Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 28 de janeiro de 2015

Acrescenta e exclui as descrições de atividades constantes nessa Instrução Normativa à tabela constante nos Anexos V e XXIII da Instrução Normativa nº 6, de 24/03/2014.

PROJETOS DE LEI

PLS 13/2015

Altera a Lei nº 9.433 (Política Nacional de Recursos Hídricos), de 8 de janeiro de 1997, e a Lei nº 11.445, (Lei de Saneamento Básico, de 5 de janeiro de 2007, para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água.

PLS 24/2015

Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de sistemas de coleta, armazenagem e uso de águas pluviais e de reúso de águas residuais em edificações executadas com recursos da União.

PLS 29/2015

Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição; os arts. 1, 8, j, 10, c, 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

PL 432/2015

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, para determinar a proibição de importação de bens usados e dá outras providências.

PL 392/2015

Altera a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, para determinar o registro de fertilizantes, corretivos, inoculantes e estimulantes ou biofertilizantes em órgão federal, de acordo com as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores da saúde, do meio ambiente e da agricultura.

PL 377/2015

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Importação (II) incidentes sobre a comercialização de máquinas, filtros, painéis, captadores, bombas, calhas, condutores verticais, coletores horizontais e outros equipamentos ou componentes necessários para a implantação de sistema de captação e retenção de águas pluviais, para fins não potáveis.

PL 376/2015

Dispõe sobre a concessão de linhas de financiamento para atender iniciativas de recuperação e/ou preservação voluntária de nascentes, realizados em área rural ou urbana com características rurais, de propriedades privadas ou públicas.

PL 334/2015

Altera o art. 4º da Lei nº 1283, de 18 de dezembro de 1.950, regulamentado pelo decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, e dá outras providências. Explicação: Permite que estados e municípios realizem a inspeção sanitária de produtos de origem animal.

PL 322/2015

Institui a "Semana Nacional do Uso Consciente da Água".

PL 312/2015

Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, e dá outras providências. Explicação: Altera as Leis nº 8.001, de 1990 e 8.666, de 1993.

PL 287/2015

Regulamenta a cobrança pelo uso dos recursos hídricos no Brasil, instituída pela Lei Federal no 9.433, de 8 de Janeiro de 1997, e fixada para o uso da geração hidroelétrica pela Lei Federal no 9.984, de 17 de julho de 2000.

PL 267/2015

Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, determinando a implementação pelos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada de Programa de Ecoeficiência

PL 253/2015

Institui a obrigatoriedade de auditoria externa, independente e periódica, a ser realizada por entidades acreditadoras, em entidades certificadoras que criem, promovam, concedam ou distribuam certificações ambientais, selos verdes ou congêneres.

PL 230/2015

Disciplina a aquisição de água mineral ou potável de mesa, nas condições que especifica.

225/2015

Institui o sistema nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+), e dá outras providências.

PL 183/2015

Dispõe sobre a recuperação e conservação de mananciais por empresas nacionais ou estrangeiras especializadas em recursos hídricos ou que ofereçam serviços e tecnologias comprovadamente eficazes na recuperação e conservação de mananciais

PL 182/2015

Dispõe sobre o reúso interno de água residual para fins industriais, e dá outras providências

PL 161/2015

Dispõe sobre a obrigatoriedade do Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal utilizarem energia solar fotovoltaica e/ou energia eólica em todas as edificações pertencentes à administração pública.

PL 157/2015

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Importação (II) incidentes sobre a comercialização de placas e outros componentes de um sistema fotovoltaico.

PL 156/2015

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Importação (II) incidentes sobre a comercialização de máquinas, equipamentos, estruturas e outros componentes necessários à fabricação de carros elétricos.

PL 25/2015

Dispõe sobre a conservação e a utilização sustentável da vegetação nativa do bioma Cerrado.

PL 417/2015 (Aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados)

Ementa: Proíbe as concessionárias prestadoras de serviços de fornecimento de água, energia elétrica e telefonia de cobrarem tarifa básica de consumo ou adotarem práticas similares.

ESTADUAL

Decreto nº 61.060, de 15 de janeiro de 2015

Dá nova redação ao dispositivo do Decreto nº 60.029, de 2014, que regulamenta a execução do Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista de que trata o item 2 do §1º do artigo 1º da Lei nº 14.990, de 2013.

Lei nº 15.688, de 28 de janeiro de 2015

Altera a Lei nº 10.019, de 3 de julho de 1998, que dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, e dá outras providências.

Decreto nº 61.111, de 03 de fevereiro de 2015

Institui, sob a coordenação da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, o Comitê de Crise Hídrica no âmbito da Região Metropolitana de São Paulo, e dá providências correlatas.

Decreto nº 61.117, de 06 de fevereiro de 2015

Acrescenta dispositivos ao regulamento de outorga de direitos de uso dos recursos hídricos, aprovado pelo Decreto nº 41.258, de 1996, e dá providências correlatas

Resolução Conjunta SF/SMA nº 1, de 4 de fevereiro de 2015

Altera a Resolução Conjunta SF/SMA-01/09, de 27/11/2009, que divulga a relação de atividades sujeitas à Licença de Instalação da CETESB para fins de inscrição ou alteração no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

Decisão Cetesb nº 034, de 10 de fevereiro de 2015

Dispõe sobre exigência técnica para Avaliação de Risco à Saúde Humana por exposição a emissões atmosféricas não intencionais de dioxinas e furanos que coincida com a emissão de Licença Ambiental Prévia de Unidades de Recuperação de Energia (UREs.)

Normas Técnicas

Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental ABNT (CB-38)

O CB-38, do qual a Fiesp é membro, é espelho do Comitê Técnico 207 - Gestão Ambiental (TC 207) da ISO (International Organization for Standardization) e desenvolve a série de normas internacionais sobre gestão ambiental. As normas atualmente em discussão na ISO (TC 207) e nos subcomitês (SC) do CB-38, bem como os estágios de elaboração em que se encontram, são apresentadas nesta seção.

Publicações ABNT

Gestão ambiental - Avaliação de desempenho ambiental – Diretrizes

A ABNT publicou, em 23 de janeiro, a norma ABNT NBR 14025 - Rótulos e declarações ambientais - Declarações ambientais de Tipo III - Princípios e procedimentos

Essa norma estabelece os princípios e especifica os procedimentos para o desenvolvimento de programas de declaração ambiental e declarações ambientais do Tipo III. Estabelece especificamente o uso da série ABNT NBR ISO 14040 no desenvolvimento de programas de declaração ambiental e de declarações ambientais do Tipo III.

Processo de elaboração das normas ISO



Eventos

Inscrições para o Prêmio de Mérito Ambiental seguem até 20 de março



O Prêmio de Mérito Ambiental, uma das principais iniciativas de reconhecimento das ações do setor industrial na área da sustentabilidade, chega à 21ª edição com números que comprovam o crescente engajamento das empresas nas questões ambientais. Apenas nos últimos 10 anos, os mais de 280 projetos inscritos na premiação, somados, representaram uma redução de 63 mil toneladas na geração de resíduos sólidos, uma economia de 152 mil MWh de energia e a diminuição de 118 mil toneladas no consumo de insumos e matérias-primas. Os projetos possibilitaram ainda uma redução de 10 milhões de toneladas nas emissões de CO₂ e de 16 bilhões de litros na geração de efluentes líquidos.

Esses números mostram, segundo Nelson Pereira dos Reis, vice-presidente da Fiesp e diretor titular do DMA, que a questão ambiental está definitivamente

implantada na indústria. “As empresas estão conscientes de que é preciso adotar as melhores práticas, as melhores gestões, para que os projetos realmente tenham sucesso”, ressalta.

As inscrições para o Prêmio de Mérito Ambiental poderão ser feitas até o dia 20 de março de 2015. Há duas categorias de premiação: indústria de micro e pequeno porte e indústria de médio e grande porte. Cada empresa pode concorrer com até dois projetos. A solenidade de premiação dos projetos vencedores ocorrerá em junho, durante a realização da Semana do Meio Ambiente. Informações sobre o regulamento e inscrições podem ser obtidas no site da Fiesp.

<http://www.fiesp.com.br/agenda/21a-edicao-do-premio-fiesp-de-merito-ambiental-2015/>

Ciesp e Fiesp promovem treinamentos sobre o Cadastro Técnico Federal

O Ciesp e a Fiesp promoverão treinamentos sobre o Cadastro Técnico Federal, que é obrigatório para pessoas físicas e jurídicas que exercem atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. O objetivo é dirimir dúvidas e suprir as necessidades de empresas associadas e parceiras que encontram dificuldades para o atendimento a essa exigência legal.

Nos treinamentos, realizados em parceria com o Instituto Brasileiro de Recursos Renováveis (Ibama), são detalhados o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP), o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA), a legislação pertinente aos dois cadastros, quem está obrigado a se cadastrar e como realizar a inscrição. Também são apresentadas as obrigações decorrentes da inscrição no Cadastro Técnico Federal, a legislação pertinente, a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), a entrega de relatórios anuais, como regularizar a empresa junto ao Ibama, a importância de manter o registro atualizado e o impacto das obrigações na regularidade da empresa frente ao Ibama. Confira a agenda dos treinamentos e o contato das Diretorias Regionais dos Ciesp para obter mais informações.

• **11 de março – Ciesp Guarulhos**

Rua Uruaçu, 100, Jardim Paraventi, (11) 2440-9622
ciesp@ciespguarulhos.org.br

• **8 de abril – Ciesp Diadema**

Rua Caracas, 73 - Vila Muforde, (11) 4056-4844
cdiadema@ciesp.org.br

• **13 de maio – Ciesp Jundiaí**

Av. Navarro de Andrade, s/n, Quadra D, Lote 2, Vila Hortolândia (11) 4815-3859/7941
cjundiai@ciesp.org.br

• **10 de junho – Ciesp Sorocaba**

Av. Eng. Carlos Reinaldo Mendes, 3.260
Alto da Boa Vista (15) 4009-2900
ciesp@ciespsorocaba.com.br

Treinamento na Distrital Oeste atraiu cerca de 70 pessoas

No dia 10 de fevereiro, na Distrital Oeste do Ciesp, foi realizado o primeiro treinamento sobre o Cadastro Técnico Federal ministrado por Mariana Nakashima e Bruno Buys, representantes do Ibama em São Paulo. O treinamento é fruto de parceria da Fiesp e Ciesp com o Ibama. O treinamento contou com a participação de aproximadamente 70 pessoas, entre industriais e consultores da área legal e ambiental, entre outros, que puderam tirar todas suas dúvidas sobre o cadastro, envio de relatórios, legislação aplicável e funcionalidades do sistema.



Expediente

O **Informe Ambiental** é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp. Circulação mensal. Comentários e sugestões: Tel.: (11) 3549-4675 / Fax.: 3549-4237 • cdma@fiesp.com • www.fiesp.com.br

Edição: Fábrica C

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

